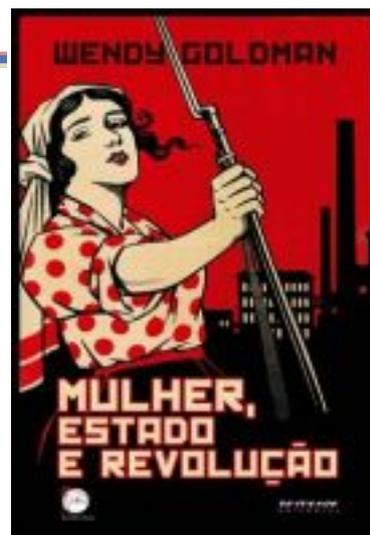


livros recebidos

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014, 400p.



A Boitempo, em parceria com a Edições ISKRA, publica o premiado livro *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. Escrito por Wendy Goldman, historiadora e professora da Universidade Carnegie Mellon (EUA), especializada em estudos sobre a Rússia e a União Soviética, a obra ganhou o Berkshire Conference Book Award ao examinar as mudanças sociais pela qual passou a sociedade soviética nas duas primeiras décadas pós-revolução, com foco nas mulheres, e na relação que estabeleceram com o Estado revolucionário.

O livro retrata as grandes experiências da libertação da mulher e do amor livre na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) depois da Revolução – e por que falharam, quando entrou em cena a burocracia stalinista. “Seu tema é a difícil relação entre vida material e belos ideais”, afirma Goldman. O livro examina as condições materiais da União Soviética logo após a Revolução e explora questionamentos relevantes para qualquer movimento social: quando um novo mundo poderá ser criado? Quais são as condições necessárias para se realizar ideais revolucionários? É possível que se crie total liberdade sexual para homens e mulheres sob condições de desemprego, discriminação e

persistência de atitudes patriarcais? O que podemos apreender dessa experiência, depois da Revolução Russa? Combinando história política e social, o livro recupera não apenas as lições discutidas por juristas e revolucionários, mas também as lutas diárias e ideias de mulheres trabalhadoras e camponesas.

Ao chegarem ao poder em 1917, como resultado de uma revolução, e com esperanças de construir um mundo novo, muitos juristas, educadores e outros militantes sonharam com novas possibilidades. Os bolcheviques lutavam para que, sob o socialismo, a instituição “família” definhasse; para que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres fosse substituído por lavanderias, creches e refeitórios comunitários; para que o afeto e o respeito mútuos substituíssem a dependência jurídica e financeira como base das relações entre os gêneros. Uma geração de legisladores soviéticos se empenhou em concretizar essa visão e como parte dela, em 1920, legalizaram o aborto, que passou a ser considerado um serviço público e gratuito.

É importante destacar que os bolcheviques tiveram uma política aberta sobre as relações pessoais, especialmente considerando o atraso social e cultural da Rússia. A ideia de “amor livre” e as

relações hierárquicas entre pais e filhos foram temas amplamente debatidos. “Em uma cultura patriarcal, os pais exerciam um controle tremendo sobre as mães e as crianças. Tomavam decisões sobre o matrimônio, a educação e o trabalho. Os bolcheviques queriam abolir esse controle, em favor dos direitos do indivíduo, do ser humano”, afirma Goldman. “Questionaram as hierarquias de todo tipo, não somente aquelas dentro da família. O Exército Vermelho foi reconstruído sob novas regras, mais democráticas em termos de relações entre oficiais e soldados. As escolas tornaram-se mistas, e os professores, estudantes e trabalhadores criaram Sovietes para governá-las. Os juristas discutiam o ‘desaparecimento’ da lei e do Estado e faziam leis destinadas a alentar esse objetivo. Inclusive desafiaram as hierarquias na arte e na música. Na década de 1920, os músicos soviéticos experimentaram uma ‘orquestra sem diretor’. Foi um momento de grande nivelamento e de experimentação apaixonante em todas as áreas da vida”.

No entanto, uma década e meia depois, com a atuação de forças contrarrevolucionárias, a legalidade do aborto foi revogada e a experimentação social deu cada vez mais lugar a soluções conservadoras, que reforçaram as amarras da família tradicional e o papel reprodutivo da mulher. A autora analisa nesse contexto como as mulheres responderam às tentativas de refazer a família, com Stalin defendendo a “volta à família e ao lar”; e como suas opiniões e experiências foram utilizadas pelo Estado para atender as suas próprias necessidades. A edição brasileira do livro será enriquecida com fotografias da época e textos complementares, como o texto de capa de Liliana Segnini, professora do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, e o prólogo escrito

por Diana Assunção, historiadora e militante dos direitos das mulheres.

Trecho do livro

“Uma vez que havia expectativa generalizada de que a família iria definir, a questão de como organizar o trabalho doméstico provocou extensa discussão. Lenin falou e escreveu repetidas vezes sobre a necessidade de socializar o trabalho doméstico, descrevendo-o como ‘o mais improdutivo, o mais selvagem e o mais árduo trabalho que a mulher pode fazer’. Sem poupar adjetivos duros, escreveu que o trabalho doméstico banal ‘esmaga’ e ‘degrada’ a mulher, ‘a amarra à cozinha e ao berçário’ onde ‘ela desperdiça seu trabalho em uma azáfama barbaramente improdutivo, banal, torturante e atrofiante’. Lenin obviamente desprezava o trabalho doméstico. Argumentava que ‘a verdadeira emancipação das mulheres’ deve incluir não somente igualdade legal, mas também ‘a transformação integral’ do trabalho doméstico em trabalho socializado.”

Sobre a autora

Wendy Goldman é professora do Departamento de História da Carnegie Mellon University e especialista em estudos políticos e sociais sobre a Rússia e a União Soviética. Autora de diversos livros sobre o terror stalinista, gênero e classe trabalhadora, já foi traduzida para o russo, espanhol, italiano, alemão, francês, tcheco e japonês. Com o livro *Mulher, Estado e revolução*, ganhou o Berkshire Conference Book Award, em 1994. É diretora de um intercâmbio universitário entre a Carnegie Mellon e a Universidade Estadual para Humanidades, em Moscou.